



**Ministério das Finanças  
e do Fomento Empresarial**

**Direção Nacional do Orçamento  
e da Contabilidade Pública**

# **SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ATÉ DEZEMBRO**

**Janeiro 2021**

## ÍNDICE

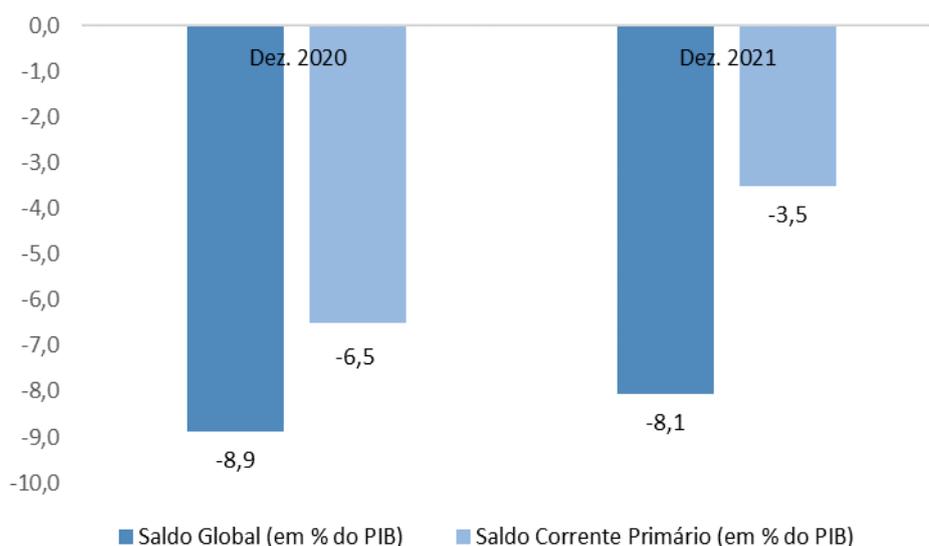
<b>1. Síntese Geral de Execução Orçamental .....</b>	<b>3</b>
<b>2. Análise das Receitas Totais.....</b>	<b>5</b>
<b>2.1. Receitas (não inclui venda de ativos).....</b>	<b>6</b>
<b>2.2. Venda de Ativos Não Financeiros.....</b>	<b>9</b>
<b>3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros.....</b>	<b>9</b>
<b>3.1. Por Classificação Económica.....</b>	<b>9</b>
<b>3.1.1. Despesas .....</b>	<b>10</b>
<b>3.1.2. Ativos Não Financeiros.....</b>	<b>13</b>
<b>3.2. Por Tipo de Financiamento.....</b>	<b>13</b>
<b>4. Projetos em Resposta à Covid-19 .....</b>	<b>14</b>
<b>5. Dívida Pública.....</b>	<b>16</b>

## 1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global do ano de 2021, de acordo com os dados provisórios, fixou-se em 14.371,2 milhões de CVE negativos, ou seja, um défice de 8,1% do PIB, projetado pelo Ministério das Finanças e Fomento Empresarial (MFFE)<sup>1</sup>. Esse resultado se traduziu numa diminuição de 0,8 p.p. face ao mesmo período de 2020.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se um ligeiro desagravando-se em 3,0 p.p., comparativamente ao período homólogo, fixando-se em -3,5%, continuando, assim, a refletir o impacto negativo da pandemia no quadro fiscal/orçamental, sobretudo ao nível da arrecadação das receitas públicas comparativamente ao período que antecede a Covid-19.

**Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global**



Fonte: MFFE

Os resultados provisórios da execução orçamental em dezembro de 2021, comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrem:

- do aumento das receitas totais em 1,8% (+773,8 milhões de CVE);

<sup>1</sup> Considerou-se o PIB reprogramado no âmbito do Orçamento Retificativo (175.616 milhões de CVE), sendo que o PIB projetado inicialmente aquando da proposta do OE 2021 foi de 194.320 milhões de CVE.

- o do aumento das despesas totais em 0,5% (+258,5 milhões de CVE); e
- o da diminuição em ativos não financeiros líquidos em 3,1% (-138,0 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela venda de ativos superior ao registado no mesmo período do ano anterior (2021: 682,7 milhões de CVE; e 2020: 100 milhões de CVE).

### Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2020		2021			
	Orç. Ret	Conta IV Trim	Orç. Ret	Conta IV Trim	Grau Exec.	Tax. Hom
<b>1. Total Receitas</b>	<b>53 869</b>	<b>43 751</b>	<b>52 520</b>	<b>44 525</b>	<b>84,8</b>	<b>1,8</b>
<b>1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)</b>	<b>45 309</b>	<b>38 527</b>	<b>47 270</b>	<b>40 540</b>	<b>85,8</b>	<b>5,2</b>
Impostos	33 952	32 237	34 895	33 537	96,1	4,0
Segurança Social	70	57	71	78	110,6	38,2
Transferências (donativos)	8 559	5 224	5 250	3 985	75,9	-23,7
Outras Receitas	11 288	6 234	12 304	6 924	56,3	11,1
<b>2. Total Despesas</b>	<b>64 974</b>	<b>54 284</b>	<b>63 473</b>	<b>54 542</b>	<b>85,9</b>	<b>0,5</b>
Despesas com Pessoal	23 648	21 569	24 480	22 144	90,5	2,7
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	10 148	12 292	9 982	81,2	-1,6
Juros Correntes	5 187	4 808	4 485	4 256	94,9	-11,5
Subsídios	891	628	1 116	814	73,0	29,6
Transferências	8 072	6 482	7 847	5 536	70,5	-14,6
Capital	538	521	570	149	26,1	-71,4
Benefícios Sociais	8 046	8 265	9 179	9 267	101,0	12,1
Outras despesas correntes	3 692	1 892	4 075	1 923	47,2	1,6
Valor a regularizar		492		620	-	26,1
<b>3. Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-11 105</b>	<b>-10 533</b>	<b>-10 953</b>	<b>-10 017</b>	<b>91,5</b>	<b>-4,9</b>
<b>4. Ativos não Financeiros</b>	<b>9 851</b>	<b>4 492</b>	<b>9 863</b>	<b>4 354</b>	<b>44,1</b>	<b>-3,1</b>
Compra ativos não financeiros	10 301	4 592	11 353	5 037	44,4	9,7
Venda ativos não financeiros	451	100	1 490	683	45,8	583,2
<b>5. Global Global (1-2-4)</b>	<b>-20 956</b>	<b>-15 025</b>	<b>-20 816</b>	<b>-14 371</b>	<b>69,0</b>	<b>-4,3</b>
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,4	-8,9	-11,9	-8,1	-	-
Saldo Corrente Primario	-9 438	-9 452	-7 271	-6 268	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PI)	-5,7	-6,5	-4,1	-3,5	-	-
<b>6. Financiamento</b>	<b>20 956</b>	<b>14 046</b>	<b>20 816</b>	<b>15 006</b>	-	-
<b>6.1 Ativos Financeiros</b>	<b>-4 569</b>	<b>-1 832</b>	<b>934</b>	<b>1 691</b>	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	392	307	2 303	2 401	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-4 664	-1 377	-2 278	-1 220	-	-
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 445	-769	-1 049	-838	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 148	0	1 958	1 348	-	-
<b>6.2 Passivos Financeiros</b>	<b>25 525</b>	<b>15 878</b>	<b>19 882</b>	<b>13 314</b>	-	-
<b>Interno líquido</b>	<b>5 488</b>	<b>5 481</b>	<b>5 402</b>	<b>3 779</b>	-	-
Sistema bancário	5 633	3 100		1 165	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações L	-145	-147	-185	-139	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BC		2 775		781	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		-2 018		-2 184	-	-
Outras operações de tesouraria				938	-	-
Sistema não bancário		2 059		3 219	-	-
<b>Externo líquido</b>	<b>20 037</b>	<b>10 398</b>	<b>14 481</b>	<b>9 535</b>	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	22 677	14 527	17 392	13 371	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 640	-4 129	-2 911	-3 836	-	-
<b>7.GAP Financiamento (5 - 6)</b>	<b>0</b>	<b>-978</b>	<b>0</b>	<b>635</b>	-	-

Fonte: MFFE

## 2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas em finais de dezembro de 2021 cifraram-se em 45.207,7 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 3,1%, comparativamente ao período homólogo.

### Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2020		2021		Grau Exec.	Tax. hom
	Orç. Ret.	Conta IV Trim	Orç. Ret.	Conta IV Trim		
<b>Impostos</b>	<b>33 952</b>	<b>32 237</b>	<b>34 895</b>	<b>33 537</b>	<b>96,1</b>	<b>4,0</b>
<b>Imposto único sobre rendimentos</b>	<b>11 558</b>	<b>9 779</b>	<b>9 271</b>	<b>8 777</b>	<b>94,7</b>	<b>-10,3</b>
IR-PS	6 249	6 438	6 026	6 048	100,4	-6,1
IR-PC	5 309	3 341	3 244	2 728	84,1	-18,3
<b>Outros impostos directos</b>		<b>425</b>	<b>570</b>	<b>373</b>	<b>65,4</b>	<b>-12,3</b>
Tributo Especial Unificado - TEU		425	570	373	65,4	-12,3
<b>Imposto sobre bens e serviços</b>	<b>15 582</b>	<b>15 196</b>	<b>16 886</b>	<b>15 825</b>	<b>93,7</b>	<b>4,1</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	12 895	12 602	14 010	12 994	92,7	3,1
IVA DGA	6 424	6 670	7 425	8 319	112,0	24,7
IVA DGCI	6 471	5 932	6 585	4 674	71,0	-21,2
Imposto consumo especial	1 617	1 702	1 955	2 010	102,8	18,1
Contribuição turística	513	297	248	145	58,5	-51,1
Taxa ecológica	557	593	674	675	100,2	13,9
<b>Impostos sobre transações internacionais</b>	<b>6 240</b>	<b>6 593</b>	<b>7 471</b>	<b>7 894</b>	<b>105,7</b>	<b>19,7</b>
Direitos de importação	5 966	6 296	7 154	7 565	105,8	20,2
Taxa comunitaria CEDEAO	273	297	317	328	103,5	10,5
<b>Outros impostos</b>	<b>572</b>	<b>669</b>	<b>697</b>	<b>670</b>	<b>96,1</b>	<b>0,1</b>
Imposto de selo	534	639	664	642	96,7	0,5
Imposto especial sobre jogos	38	30	33	27	82,1	-9,2
<b>Segurança Social</b>	<b>70</b>	<b>57</b>	<b>71</b>	<b>78</b>	<b>110,6</b>	<b>38,2</b>
Taxa social única	0	0	0	0	-	1 075,2
Contribuições para a segurança social	68	56	71	78	109,7	38,6
Outras Contribuições	1	1	0	1	-	-5,0
<b>Transferências</b>	<b>8 559</b>	<b>5 224</b>	<b>5 250</b>	<b>3 985</b>	<b>75,9</b>	<b>-23,7</b>
De Governos Estrangeiros	7 492	4 686	4 525	3 073	67,9	-34,4
Ajuda Orçamental	1 957	2 287	1 029	1 267	123,1	-44,6
Ajuda Alimentar	304	106	321	98	30,5	-7,9
Donativos directos	5 230	2 292	3 175	1 707	53,8	-25,5
De Organizações Internacionais	604	120	218	489	224,2	308,3
Das Administrações Públicas	464	418	508	423	83,4	1,3
<b>Outras Receitas</b>	<b>11 288</b>	<b>6 234</b>	<b>12 304</b>	<b>6 924</b>	<b>56,3</b>	<b>11,1</b>
Rendimentos de propriedade	3 502	1 132	4 922	1 216	24,7	7,4
Venda de bens e serviços	6 366	3 633	6 075	4 245	69,9	16,9
Multas e outras penalidades	299	198	212	166	78,5	-16,0
Outras transferências	425	43	314	66	21,2	56,2
Outras receitas diversas e não especificadas	695	1 228	781	1 231	157,6	0,2
<b>Receitas</b>	<b>53 869</b>	<b>43 751</b>	<b>52 520</b>	<b>44 525</b>	<b>84,8</b>	<b>1,8</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>451</b>	<b>100</b>	<b>1 490</b>	<b>683</b>	<b>45,8</b>	<b>583,2</b>
Ativos não Financeiros	451	100	1 490	683	45,8	583,2
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>54 319</b>	<b>43 851</b>	<b>54 010</b>	<b>45 208</b>	<b>83,7</b>	<b>3,1</b>

## 2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

As receitas arrecadadas, até finais dezembro de 2021, totalizaram o montante de 44.525,0 milhões de CVE, registando um acréscimo de 1,8%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta do aumento dos impostos indiretos (+8,6%), das outras receitas (+11,1%) e das receitas de segurança social (+38,2%) embora, este último, em termos absolutos, não seja materialmente significativo. Em sentido contrário, registou-se uma diminuição da arrecadação em sede dos impostos diretos (-10,3%) e dos donativos (-23,7%).

Em relação aos Impostos diretos, é de se destacar que o decréscimo 11,6% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 6.048,2 milhões de CVE, registando uma evolução negativa, em termos homólogos, de 389,9 milhões de CVE (-6,1%). A variação da arrecadação deste imposto face ao período homólogo, advém de alguma recuperação do mercado de trabalho e das medidas de mitigação da crise nesse mercado, tais como o lay-off, apesar deste também significar remunerações mais baixas, logo, menor arrecadação deste imposto.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 2.728,5 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 612,5 milhões de CVE (-18,3%) sendo a performance homóloga consequência da redução da atividade económica em 2020 face a 2019, logo, com impacto negativo no imposto sobre o lucro anual pagos nos anos seguintes.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 373,0 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução negativa de 52,8 milhões de CVE (-12,4%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação sendo consequência dos fortes impactos da crise da Covid-19 nos contribuintes do REMPE, em face do aumento dos prazos mais alargados

e do adiamento dos prazos de pagamento do imposto que se previu no OE 2021.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 8,6% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rúbricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 12.993,6 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 392,1 milhões de CVE (+3,1%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 24,7% enquanto que o IVA-DGCI teve um decréscimo de 21,2%. Esse decréscimo na cobrança deste imposto deriva dos fortes impactos da crise da Covid-19, principalmente ao nível do Turismo, e das medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a redução da taxa do IVA no Turismo para 10%, que o OE 2021 veio prorrogar em relação ao ano 2020.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 145,0 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 151,7 milhões de CVE (-51,1%), traduzindo o facto das dormidas em estabelecimentos hoteleiros ainda estarem a sofrer um forte impacto da crise da Covid-19, com um nível muito baixo de entradas de turistas do exterior, apesar dos sinais de alguma recuperação no último trimestre do ano, mediante a boa performance na taxa de vacinação para a Covid-19 e consequente abertura dos mercados emissores de turistas, permitindo alguma recuperação da arrecadação deste tributo.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 19,7% (+1.300,5 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance desses impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2020, verificou-se uma variação positiva no Direito de Importação em 20,2% (+1.269,2 milhões de CVE) e da Taxa Comunitária CEDEAO em 10,5% (+31,3 milhões de CVE).

- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto teve uma evolução ligeiramente acima da arrecadação no período homólogo em 0,5% (+3,3 milhões de CVE), situando-se em 642,4 milhões de CVE, essencialmente, fruto, de uma atividade bancária relativamente favorável, decorrente das medidas adotadas pelo Governo no financiamento à economia, pese embora as moratórias bancárias decretadas.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 27,1 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 9,2% (-2,7 milhões de CVE), uma vez que depende quase exclusivamente da atividade turística na Ilha do Sal, que teve atividade residual no período em análise, devido à crise pandémica.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 3.984,9 milhões de CVE, apresentando uma diminuição de 23,7% (-1.239,0 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior. Esta performance decorre da conjugação:

- da diminuição das transferências provenientes de Governos Estrangeiros em 34,4% (-1.613,5 milhões de CVE), justificado pelas entradas das ajudas orçamentais inferior ao ano transato e pelo decréscimo dos donativos diretos em face do registado em dezembro de 2020 em que foram recebidos valores pontuais no âmbito do apoio a resposta à Covid-19;
- do aumento das transferências provenientes de Organizações Internacionais em 368,9 milhões de CVE, explicado pela entrada do donativo no âmbito do acordo entre U.E e PNUD para financiamento do projeto “West Africa Competitiveness Support Project”, no valor de 319,6 milhões de CVE; e
- do registo crescente das transferências recebidos pelos Fundos e Serviços Autónomos (+5,5 milhões de CVE), com destaque para as estruturas de Saúde, em face a comparticipação do INPS na assistência médica e medicamentosa dos respetivos segurados.

As “outras receitas” verificaram um acréscimo de 11,1% (+690,4 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela diminuição registada nas receitas arrecadadas com Multas e outras penalidades (-16,0%; -31,8 milhões de CVE) conjugado com o aumento das nas seguintes rúbricas:

- Rendimentos de propriedade (+7,4%; +83,5 milhões de CVE),
- Venda de bens e serviços (+16,9%; +612,5 milhões de CVE),
- Outras transferências (+56,2%; +23,9 milhões de CVE)

A performance apresentada pelas sub-rúbricas que compõem esse agrupamento económico (outras receitas), reflete a retoma da “nova normalidade” dos serviços públicos após o período de restrições registadas em 2020 no âmbito da pandemia da Covid-19.

## **2.2. Venda de Ativos Não Financeiros**

As receitas provenientes de Vendas de Ativos Não Financeiros ascenderam a 682,7 milhões de CVE, registando um aumento, em face do realizado no mesmo período de 2020 (+582,8 milhões de CVE). Esse aumento é justificado, essencialmente, pela venda de edifícios (529,4 milhões de CVE), venda de barcos (100,2 milhões de CVE) e da aeronave das Forças Armadas (52,9 milhões de CVE).

## **3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros**

### **3.1. Por Classificação Económica**

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em dezembro de 2021, atingiram 59.578,9 milhões de CVE, registando um agravamento de 1,2% em relação ao período homólogo de 2020.

### Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2020		2021		Grau Exec.	Var. Hom.
	Orç. Ret.	Conta IV Trim	Orç. Ret.	Conta IV Trim		
Despesas com Pessoal	23 648	21 569	24 480	22 144	90,5	2,7
Remuneração Certas e Permanentes	21 705	19 674	22 381	20 321	90,8	3,3
Segurança Social	1 943	1 895	2 098	1 823	86,9	-3,8
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	10 148	12 292	9 982	81,2	-1,6
Juros Correntes	5 187	4 808	4 485	4 256	94,9	-11,5
Dívida interna	3 337	3 156	3 343	942	28,2	-70,1
Dívida externa	1 754	1 605	1 044	3 236	310,0	101,7
Outros encargos	96	48	98	78	79,8	63,9
Subsídios	891	628	1 116	814	73,0	29,6
Transferências Correntes	8 072	6 482	7 847	5 536	70,5	-14,6
Governos Estrangeiros	820	0	1 188	108	9,1	-
Organismos Internacionais	475	292	465	177	38,1	-39,2
Administração pública	6 778	6 190	6 194	5 251	84,8	-15,2
Benefícios Sociais	8 046	8 265	9 179	9 267	101,0	12,1
Outras Despesas Correntes	3 692	1 892	4 075	1 923	47,2	1,6
Valor a regularizar		492		620	-	26,1
<b>Despesas</b>	<b>64 974</b>	<b>54 284</b>	<b>63 473</b>	<b>54 542</b>	<b>85,9</b>	<b>0,5</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>10 301</b>	<b>4 592</b>	<b>11 353</b>	<b>5 037</b>	<b>44,4</b>	<b>9,7</b>
Ativos não Financeiros	10 301	4 592	11 353	5 037	44,4	9,7
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>75 275</b>	<b>58 876</b>	<b>74 826</b>	<b>59 579</b>	<b>79,6</b>	<b>1,2</b>

Fonte: MFFE

#### 3.1.1. Despesas

Em finais de dezembro de 2021, as despesas executadas totalizaram o montante de 54.542,4 milhões de CVE, registando um agravamento de 0,5% em relação ao período homólogo de 2020. Esta evolução resultou da diminuição nas rubricas das transferências correntes (-14,6%), dos juros da dívida (-11,5%), de aquisição de bens e serviços (-1,6%), e conjugado com o aumento nas rubricas de subsídios (+29,6%), benefícios sociais (+12,1%), despesas com o pessoal (+2,7%) e das outras despesas correntes (+1,6%) conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um ligeiro aumento na ordem dos 2,7% (+574,6 milhões de CVE) decorrente:

- i. pelo impacto de implementação de PCCS das Forças Armadas, que teve início no segundo trimestre de 2020 (contra o impacto de 12 meses em 2021);
  - ii. reclassificações e acumulação de carga horária que vieram a ter impacto no mês de junho de 2020, com destaque ao Ministério de Educação, sendo que, em 2021, tais impactos são de 12 meses;
  - iii. pelo impacto na contratação de técnicos e pessoal de saúde, bem como aumento das velas e senhas de presença nas estruturas de saúde, no âmbito da necessidade de resposta à Covid-19;
  - iv. pela regularização atempada das despesas dos Órgãos de Soberania, nomeadamente a Assembleia Nacional e Presidência da República; e
  - v. pela bancarização das estruturas do Supremo Tribunal de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Tribunal de Contas, das Comissões de Recenseamento Eleitoral e do Cofre Geral de Justiça.
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um decréscimo de 1,6% (-165,8 milhões de CVE), em face ao período homólogo do ano anterior, derivado da diminuição das seguintes rubricas: Energia elétrica em 63,4% (-662,9 milhões de CVE); Material de consumo clínico 42,6% (-392,6 milhões de CVE); Assistência técnica - residentes em 20,9% (-226,2 milhões de CVE); Outros bens em 45,3% (-129,6 milhões de CVE); Rendas e alugueres em 27,9% (-125,6 milhões de CVE); Produtos alimentares em 9,7% (-50,0 milhões de CVE), Água em 6,9% (-15,0 milhões de CVE) entre outras. Por outro lado, registou-se um agravamento das despesas nalgumas rúbricas como: Medicamentos em 61,2% (+587,0 milhões de CVE); Outros serviços em 56,7% (+484,0 milhões de CVE); Honorários em 72,3% (+197,1 milhões de CVE); Deslocação e estadia em 8,0% (+42,4 milhões de CVE); Formação em 29,7 milhões de CVE; Publicidade dos Atos e Decisões Administrativas em 52,5% (+24,5 milhões de CVE); Transporte em 34,5% (+21,2 milhões de CVE); Matérias primas subsidiárias em 38,9% (+19,0 milhões de CVE e; Material de transporte e peças em 28,5% (+19,1 milhões de CVE).

- A despesa com os juros da dívida registou uma diminuição de 11,5% (-551,7 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2020, resultado da diminuição dos juros da dívida externa na decorrência da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da Covid-19 nos países mais vulneráveis.
- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 29,6% (+185,8 milhões de CVE), em face ao mesmo período de 2020, justificado essencialmente, pelos subsídios transferidos às empresas privadas não financeiras, no âmbito da resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, cujo pagamento é efetuado através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo.
- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 12,1% (+1.002,3 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 5,8% (+279,9 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 12,2% (+35,4 milhões de CVE) e outros benefícios sociais em numerário em 71,5% (+618,8 milhões de CVE). Este último no âmbito do apoio social às famílias afetadas pela pandemia da Covid-19 através do Rendimento Social de Inclusão, do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade e apoio à reinserção socioprofissional.
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 14,6% (-946,1 milhões de CVE) comparado com o mesmo período do ano transato, devido, essencialmente, da diminuição das transferências aos Municípios na decorrência do impacto negativo da Covid-19 nas receitas consignadas do Fundo Desenvolvimento social e do Turismo e pelo Fundo do Ambiente.
- As “Outras Despesas Correntes” evidenciaram um aumento de 1,6% (+30,9 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2020, derivado principalmente do aumento das restituições do IRPS (+44,3 milhões de CVE) em face ao período homólogo de 2020.

O valor da despesa por regularizar, em dezembro, situou-se na ordem dos 620,3 milhões de CVE referente aos adiantamentos efetuados aos Órgãos de Soberania e às Embaixadas.

### **3.1.2. Ativos Não Financeiros**

A execução dos Ativos Não Financeiros, ascendeu ao montante de 5.036,6 milhões de CVE, equivalente a 44,4% do total do orçamento representando, em termos absolutos, uma variação positiva de 444,7 milhões de CVE comparativamente à execução de 2020. O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Promoção Habitacional” com uma execução de 2.145,3 milhões de CVE; “Reabilitação de estradas” com uma execução de 369,6 milhões de CVE; “Reforço ao sector da educação” com uma execução de 194,1 milhões de CVE; “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 119,9 milhões de CVE; e “Construção Centro Ambulatório do Hospital Baptista Sousa” com uma execução de 98,8 milhões de CVE; “Redução de Perdas em Eletricidade e Melhoria de Qualidade de Energia” com uma execução de 89,1 milhões de CVE.

### **3.2. Por Tipo de Financiamento**

No que tange ao financiamento, nota-se que 89,3% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 10,7% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os Donativos, na modalidade de ajuda a projetos diretos, totalizam o montante de 2.759,4 milhões de CVE, equivalente a 43,4% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções a China com 529,9 milhões de CVE, o Luxemburgo com 484,3 milhões de CVE, as Nações Unidas com 179,9 milhões de CVE, a F.I.D.A com 156,6 milhões de CVE, a P.N.U.D 145,0 com milhões de CVE;

- Os Empréstimos externos ascenderam a 3.487,8 milhões de CVE, equivalente a 61,4% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 14 programas, com destaque a “Garantia de Acesso ao Rendimento, a Educação, aos Cuidados e a Saúde” (1.028,3 milhões de CVE), as “Infraestruturas Modernas e Seguras” (793,2 milhões de CVE), a “Melhoria do Ambiente de Negócios” (598,5 milhões de CVE), a “Educação de Excelência” (331,9 milhões de CVE) e a “Transformação da Agricultura” (204,9 milhões de CVE).

#### Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	2021 Inicial	Dez	Grau Exec.%	Peso %
<b>Interno</b>	<b>60 561</b>	<b>53 223</b>	<b>89,1</b>	<b>89,3</b>
Tesouro (Rec. Int.)	59 697	52 773	89,6	99,2
OFN	864	449	52,0	0,8
<b>Externo</b>	<b>14 265</b>	<b>6 356</b>	<b>36,5</b>	<b>10,7</b>
Donativo	3 394	2 759	54,5	43,4
Empréstimo	10 561	3 488	28,9	54,9
Ajuda Alimentar	311	109	35,0	1,7
<b>Total Despesa</b>	<b>74 826</b>	<b>59 579</b>	<b>77,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MFFE

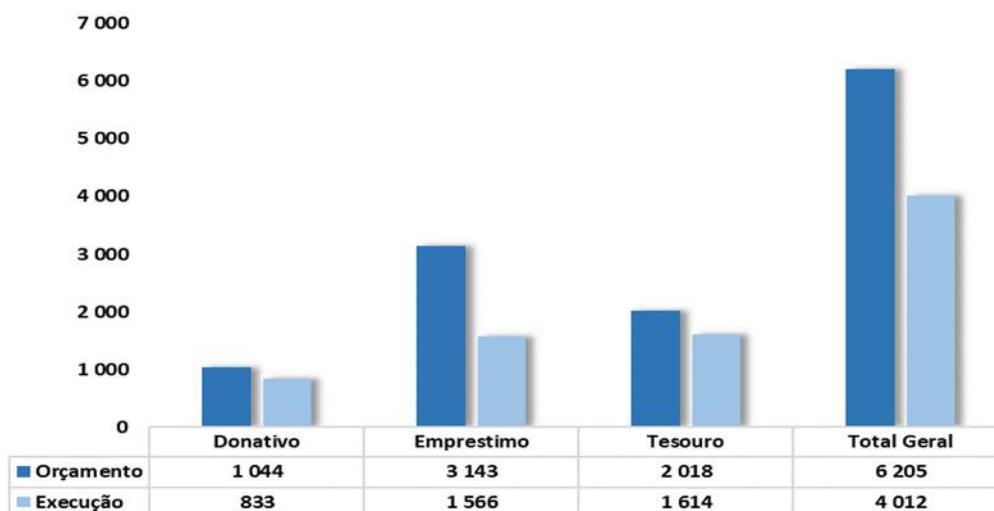
#### 4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos inscritos em resposta à Covid-19, até dezembro de 2021, totalizaram o montante de 4.011,7 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 64,7%.

Ao nível de execução dos projetos, por modalidade de financiamento, foi financiado pelo tesouro em 40,2%, por empréstimo em 39,0% e por donativos em 20,8%.

### Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)



Fonte: MFFE

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Implementação de Rendimento Social de Inclusão” (1.071,3 milhões de CVE);
- “Sistema para o Desenvolvimento do Setor de Transporte Marítimo Inter-Ilhas” (682,8 milhões de CVE);
- “Vacinas Covid-19” (671,6 milhões de CVE);
- “Prevenção e Combate a Coronavírus” (531,4 milhões de CVE);
- “Reforço ao Setor da Educação” (400,0 milhões de CVE);
- “Preparação Projeto Cabo Verde Digital” (123,7 milhões de CVE);
- “Reforço do Setor da Saúde no Combate ao Covid-19” (89,4 milhões de CVE);
- “Preparação e Resposta à Covid-19” (81,6 milhões de CVE);
- “Ampliação do Centro de Saúde de Boa Vista” (57,3 milhões de CVE);
- “Capacitação dos Profissionais do Turismo e Áreas Transversais – Covid-19” (45,5 milhões de CVE); e
- “Reforço de Capacidade Laboratório Virologia” (30,0 milhões de CVE).

### Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

FUNÇÕES DO ESTADO	PROJETOS	VALOR INICIAL	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	Grau Exec. %
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais	Apoio Aos Municípios - Combate A Covid 19	16,5	16,5	16,5	100,0
<b>07.00.01 - Serviços Públicos Gerais Total</b>		<b>16,5</b>	<b>16,5</b>	<b>16,5</b>	<b>100,0</b>
07.00.03 - Segurança e ordem pública	Protecção Civil - Covid-19	82,0	82,0	26,0	31,7
<b>07.00.03 - Segurança e ordem pública Total</b>		<b>82,0</b>	<b>82,0</b>	<b>26,0</b>	<b>31,7</b>
07.00.04 - Assuntos económicos	Cabo Verde Digital	18,0	20,4	15,1	73,9
	Capacitação Dos Profissionais Do Turismo E Áreas Transversais - COVID_19	105,0	105,0	45,5	43,4
	FADSTMI- Sistema Para O Desenvolvimento Do Setor De Transporte Marítimo Inter-Ilhas	839,0	839,0	682,8	81,4
	Preparação Projeto Cabo Verde Digital	741,9	741,9	123,7	16,7
	Projeto Digital Cabo Verde	0,0	0,0	0,0	-
	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	22,1	22,1	5,8	26,2
	Transição Da Economia Informal A Formal	20,0	20,0	0,0	0,0
<b>07.00.04 - Assuntos económicos Total</b>		<b>1 746,1</b>	<b>1 748,5</b>	<b>873,0</b>	<b>49,9</b>
07.00.07 - Saúde	Preparação E Resposta A Covid-19	466,9	501,9	81,6	16,3
	Ampliação Do Centro De Saúde De Bao Vista	67,0	67,0	57,3	85,4
	Vacinas Covid-19	0,0	671,6	671,6	100,0
	Comunicação De Risco Em Saúde - INSP	4,9	4,9	4,8	98,1
	Construção Da Sede Do Inps Laboratorio Nacional Saude Publica	80,6	77,7	0,0	0,0
	Desenvolvimento Do Observatório Nacinal De Saúde Pública - INSP	2,3	2,4	2,2	91,2
	Desnvolvimento De Investigação Em Saúde - Insp	2,3	2,9	2,3	82,0
	Equipamento Postos Sanitários	1,5	1,5	1,5	100,0
	Prevenção E Combate A Coronavírus	668,2	668,2	503,2	75,3
	Prevenção E Combate A Coronavírus	28,7	28,7	28,2	98,2
	Reabilitação e equipamentos De Estruturas De Saúde	18,0	21,0	21,0	99,9
	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	82,4	114,4	89,4	78,2
	Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30,0	30,0	30,0	100,0
	Remodelação de Postos Sanitários	10,5	7,5	7,5	100,0
Rerforço Do Laboratorio Nacional De Saúde Publica - Insp	18,1	22,3	15,4	69,1	
<b>07.00.07 - Saúde Total</b>		<b>1 481,6</b>	<b>2 222,0</b>	<b>1516,0</b>	<b>68,2</b>
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	10,0	10,0	10,0	100,0
<b>07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total</b>		<b>10,0</b>	<b>10,0</b>	<b>10,0</b>	<b>100,0</b>
07.00.09 - Educação	Bolsa Cabo Verde Digital	20,0	20,0	3,0	15,0
	Construção, Ampliação E Remodelação de Infra-Estruturas Educativas	11,9	11,9	11,0	92,3
	Reforço Ao Sector Da Educação	470,6	503,2	400,0	79,5
<b>07.00.09 - Educação Total</b>		<b>502,5</b>	<b>535,1</b>	<b>414,0</b>	<b>77,4</b>
07.00.10 - Protecção social	COVID-19 RSI Emergencial - Redes de Segurança e Recuperação de Rendimentos para as famílias mais pobres e mulheres trabalhadoras informais em Cabo Verde	8,3	8,3	8,2	98,3
	Garantia De Cuidados De Dependentes	19,4	27,1	26,2	96,6
	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	1 113,3	1 504,8	1 071,3	71,2
	Projecto De Inclusão Social	0,0	0,0	0,0	-
	Reforço Das Competências Do Setor Da Inclusão Social	34,2	22,1	22,1	99,8
Reforço Institucional Das Organizações Da Sociedade Civil	29,4	28,6	28,5	99,9	
<b>07.00.10 - Protecção social Total</b>		<b>1 204,5</b>	<b>1 590,9</b>	<b>1 156,2</b>	<b>72,7</b>
<b>Total Geral</b>		<b>5 043</b>	<b>6 205</b>	<b>4 012</b>	<b>64,7</b>

Fonte: MFFE

## 5. Dívida Pública

O stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu 280.332,3 milhões de CVE, em 31 de dezembro de 2021, cabendo à dívida interna 81.623,9 milhões de CVE (45,7% do PIB) e à dívida externa 198.708,4 milhões de CVE (111,3% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 157,1%, cerca de 2,1 p.p. acima do valor registado em dezembro de 2020.

**Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública**

	dezembro 20	dezembro 21	Var. Hom	% PIB/20	% PIB/21
<b>Estoque Global</b>	<b>255 519,8</b>	<b>280 332,3</b>	<b>9,7</b>	<b>154,9</b>	<b>157,1</b>
Dívida Interna	71 401,0	81 623,9	14,3	43,3	45,7
Dívida Externa	184 118,8	198 708,4	7,9	111,6	111,3

Fonte: MFFE